

IV Congreso Chileno de Antropología. Colegio de Antropólogos de Chile A. G, Santiago de Chile, 2001.

Construindo um diálogo intercultural. A escuta da alteridade guarani.

Paula Caleffi. y Walmir da Silva Pereira.

Cita:

Paula Caleffi. y Walmir da Silva Pereira. (2001). *Construindo um diálogo intercultural. A escuta da alteridade guarani. IV Congreso Chileno de Antropología. Colegio de Antropólogos de Chile A. G, Santiago de Chile.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/iv.congreso.chileno.de.antropologia/53>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/ef8V/vaz>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

tros) a una de carácter positivo, para que la cultura étnica pueda ser orgullosamente adoptada. La sociedad nacional los ha colocado en esta situación, por lo tanto, a ella corresponde colaborar en modificarla.

Notas:

- 1) Dentro de los pocos estudios que hay sobre la identidad étnica de los maestros bilingües, encontramos el texto de M.E. Vargas. Para una mirada más amplia de esta situación consultar J.L. Ramos (1996).
- 2) Si bien es una tesis importante y que me ha servido de orientación teórica, no comparto ampliamente los contenidos que le asigna Vargas, especialmente en apreciar a los maestros bilingües como intermediarios.

Bibliografía

BONFIL BATALLA, Guillermo. "El concepto de indio en América; una categoría de la situación colonial" en: *Anales de Antropología*. Vol. IX, UNAM, México, 1972.

MOSCOVICI, Serge. *Psicoanálisis, su imagen y su público*. Argentina, Huemul, 1979.

MOSCOVICI, Serge. *Psicología Social, II. Pensamiento y vida social. Psicología social y problemas sociales*. Paidós, Barcelona, 1988, (Biblioteca COGNICIÓN Y DESARROLLO HUMANO/2).

RAMOS RAMÍREZ, José Luis. "Identidad étnica y antropología de la educación", en: *NOESIS. Reflexiones sobre identidad*. Universidad Autónoma de Ciudad Juárez, México, enero-julio 1996.

RAMOS RAMÍREZ, José Luis. "La identidad étnica: ¿recurso excluido para un desarrollo sustentable?" 2000, (En prensa).

RODRÍGUEZ CERDA, Óscar. "Por qué las representaciones sociales" (Un acercamiento de la teoría al análisis del EZLN) en: *Los referentes ocultos de la psicología política*. Francisco Uribe (Coord.). Universidad Autónoma Metropolitana-Iztapalapa, México, 1997.

VARGAS, María Eugenia. *Constitución de una categoría de intermediarios en la comunicación interétnica. El caso de los maestros bilingües tarascos (1964-1982)*. CIESAS, México, 1994, (Colección Miguel Othón de Mendizábal).

Construindo um diálogo intercultural. A escuta da alteridade guarani

Paula Caleffi* y Walmir da Silva Pereira**

Este documento visa a realização de um projeto de pesquisa interdisciplinar entre história e antropologia, na qual propomos a produção de um conhecimento específico a respeito das comunidades Guaraní existentes no Rio Grande do Sul, para que as mesmas sejam reconhecidas e respeitadas enquanto grupos étnicos, a partir da perspectiva de que os mesmos são portadores de uma cultura diferenciada e de identidade social singular, além de integrantes do Estado Nacional brasileiro, capazes de serem agentes de sua história e como tal detém uma visão própria produtora de sentido à qual deve-se conferir a mesma importância que a outras produções de sentido. Nossa proposta é centralizar a pesquisa na "voz do Guaraní", e através da metodologia de história oral, porém utilizando-nos também de recursos visuais de produção de imagens (vídeo e fotografia), abrir espaço para a produção de um conhecimento onde apareça fundamentalmente o

que o Guaraní pensa sobre questões polemicas que os atingem, como a questão da territorialidade, da saúde, dos 500 anos de contato, suas expectativas para o futuro, e ainda questões que os próprios Guaraní considerem como relevantes, recolhendo estas informações a partir de depoimentos, de entrevistas estrategicamente dirigidas e de histórias de vida, conhecendo como este povo constrói sua cosmovisão possibilitando assim um real espaço de dialogo.

Apresentação

O projeto *Construindo um Diálogo Intercultural A Escuta da Alteridade Guarani* tem como objetivo a produção de um conhecimento interessado a respeito da cultura e do povo Guarani visando propiciar visibilidade e voz

* Profa. Dra Paula Caleffi. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos

** Prof. Ms. Walmir Pereira Coordenação de Pesquisa e Etnologia Indígena do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul.

aos atores sociais indígenas, entendidos enquanto sujeitos históricos portadores de identidade étnica específica, formuladores de alternativas sustentáveis e socioculturais diferenciadas, desvelando, assim, novas formas de construção de verdades.

No projeto supracitado faremos um levantamento e análise dos saberes (bibliográficos e documentais) já produzidos, pelas diferentes agências e agentes de contato a respeito dos Guarani, buscando-se uma melhor compreensão sobre as situações de contato e convivência interétnicas experimentadas pelos indígenas. Do ponto de vista da esfera pública pretendemos produzir elementos e subsídios para formatação, por parte de órgãos federais, estaduais e municipais, de políticas públicas responsáveis e socialmente justas que levem em consideração os dispositivos constitucionais vigentes e as alternativas de sustentabilidade tecidas pelos próprios indígenas.

Já do ponto de vista ético, pretendemos disponibilizar o conhecimento produzido na pesquisa para apropriação dos Guarani enquanto prática emancipatória, bem como que este conhecimento possa ser utilizado como transformador da representação dominante a cerca das sociedades indígenas e do indígena, tanto no senso comum como na própria esfera acadêmica.

No que diz respeito aos objetivos específicos, salientamos a intenção de:

1. Produzir subsídios aos órgãos e instituições governamentais das esferas federal e estadual para formulação de políticas públicas referente ao povo indígena Guarani;
 - 1a. Produção e disponibilização de um acervo cuja metodologia (história oral, imagens em vídeos e documental) possa ser (re)apropriado pelas comunidades Guarani enquanto prática emancipatória;
2. Realizar trabalhos etnográficos, de história oral e captação de imagens junto a povo Guarani, no âmbito do espaço territorial ocupado por essas comunidades indígenas, em especial no Estado do Rio Grande do Sul; buscando dar voz a este povo, buscando compreender como os Guarani entendem a polemica questão histórica sobre os 500 anos de contato, o que imaginam para seu futuro, o que pensam sobre questões importantes como territorialidade e seus fluxos migratórios, a saúde e mais toda e qualquer questão que as comunidades consideram pertinentes de serem citadas e discutidas, buscando-se um real espaço de diálogo;

3. Descrever e interpretar a situação de interação social experienciada pelo povo Guarani, parcialidades Mbyá e Nandeva, no decorrer dos séculos XIX e XX no território reconhecido como o atual Rio Grande do Sul;
4. Levantamento e análise de produção bibliográfica e acervos documentais relacionados com o tema guia do projeto;
5. Promover atividades de cunho educativo divulgando os resultados do projeto através de seminário, palestras, mostra de imagens (fotografia e vídeo) e publicações contribuindo assim à constituição de uma imagem positiva dos povos indígenas Guarani Mbyá e Guarani Nandeva;
6. Produção de um livro como síntese analítica do projeto.
7. Subsidiar o Projeto Caleidoscópio, em âmbito regional.
8. Inserir-se na discussão nacional através da participação no Projeto intitulado "Perspectivas indígenas para o século XXI", promovido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro no âmbito do Museu Nacional do Rio de Janeiro;
9. Abrir um possível espaço de discussão internacional.

Caracterização e relevância do tema

Este documento visa a realização de um projeto de pesquisa aplicada na qual propomos a produção de um conhecimento interessado sobre as comunidades Guarani existentes no Rio Grande do Sul, para que as mesmas sejam reconhecidas e respeitadas enquanto grupos étnicos, a partir da perspectiva de que os mesmos são portadores de uma cultura diferenciada e de identidade social singular além de integrantes do Estado Nacional brasileiro, capazes de serem agentes de sua história e como tal detêm uma visão própria produtora de sentido à qual deve-se conferir a mesma importância que outras produções de sentido.

A pesquisa produzirá material qualificado suficiente, através de uma produção de conhecimento especializada, capaz de subsidiar e nortear a elaboração de políticas públicas, que envolvam processos de interação social relacionados às comunidades Guarani e a sociedade envolvente. Além da produção de um conhecimento a ser apropriado em âmbito acadêmico bem como de senso comum, objetivando uma

transformação positiva na esfera das representações de índio e no conhecimento destes grupos por parte das esferas acima citadas. Ainda produzirá um material que possibilite a apropriação dos resultados da pesquisa pelas próprias comunidades indígenas pesquisadas, visando uma prática emancipadora inédita em relação a estas comunidades indígenas.

As sociedades americanas tem como uma de suas especificidades históricas o aspecto da multiculturalidade. Apesar de os discursos indicarem a construção de sociedades mais democráticas, onde o respeito as alteridades constitui-se em um princípio norteador, pouco tem sido feito na prática para atingir-se este objetivo.

Historicamente os povos nativos americanos, entre os quais encontram-se os Guaraní, tem sido vítimas de políticas marginalizadoras que além de não levarem em consideração seus quadros de referências culturais, também os desqualificam enquanto sujeitos históricos capazes de serem parceiros efetivos na construção de alternativas sociais e econômicas para a sua sociedade e a inevitável situação de contato; inevitável por estarem os mesmos localizados dentro de fronteiras geográficas delimitadoras das extensões dos Estados nacionais. Apesar desta divisão ser artificial, principalmente em relação aos povos indígenas, por exemplo: os Guaraní atualmente ocupam espaços geográfico dentro de quatro diferentes países, logo a realidade de contato e convivência, como dissemos antes, é inevitável.

Neste sentido nossa proposta consiste em dar voz a um grupo social que sempre foi documentado por terceiros, pois os Guaraní, também por serem um grupo de cultura oral, não tiveram nunca as suas versões da história ouvidas ou documentadas.

Sabemos que as verdades são construções sociais, neste sentido não deveria haver verdade hegemônica, mas sim verdades produzidas e coerentes com as diferentes ordens culturais, que possuíssem o mesmo status e que pudessem dialogar.

Nossa proposta é centralizar a pesquisa na " voz do Guaraní ", e através da metodologia de história oral, porém utilizando-nos também de recursos visuais de produção de imagens (vídeo e fotografia), abrir espaço para a produção de um conhecimento onde apareça fundamentalmente o que o Guaraní pensa sobre questões polemicas que os atingem, como; a questão da territorialidade e seus fluxos migratórios, da saúde, do meio ambiente, dos 500 anos de contato, suas expectativas para o futuro, e ainda questões que os próprios Guaraní considerem como relevantes,

recolhendo estas informações a partir de depoimentos, de entrevistas estrategicamente dirigidas e de histórias de vida, conhecendo como este povo constrói sua cosmovisão possibilitando assim um real espaço de dialogo.

Além disto consideramos fundamental, como contextualização de processos históricos muitas vezes definidos pela questão situacional, fazermos um estudo do conhecimento produzido sobre este povo, pelos diferentes agentes e agências de contato, já publicados, em forma de teses e dissertações, bem como acervos documentais ainda inéditos, ainda um estudo sobre as políticas oficiais direcionadas aos grupos indígenas, visando compreendermos a complexidade do processo de contato e convivência que envolve duas culturas, em relações de poder assimétricas, duas formas de construir o mundo e duas verdades.

Nosso marco temporal para a história oral é obviamente a história do presente¹, mas com referência a produção bibliográfica e documental sobre os Guaraní, bem como em relação as políticas oficiais, remontaremos ao início da formação do Brasil enquanto Estado-nação (1822). Isto é possível por não ser este material muito volumoso, e por terem os pesquisadores que propõem o projeto, prévio conhecimento dos mesmos ou de sua localidade, apesar de muitos destes conhecimentos não terem sido ainda sistematizados.

O presente projeto possui duas interfaces dialogais: a primeira, em âmbito estadual, relaciona-se diretamente com o projeto "Caleidoscópio: constituição de um Banco de Dados Para Formulação de Políticas Públicas aos Povos Indígenas no Rio Grande do Sul" apresentado pelo Museu Antropológico do RS; a segunda, em âmbito nacional, vincula-se ao projeto "Perspectivas Indígenas Para o Século XXI" desenvolvido no Museu Nacional do Rio de Janeiro/UFRJ.

Sendo a cultura Guaraní uma cultura que não se conforma as divisões político-territorial dos Estados-Nação os resultados da investigação podem propiciar análises comparativas com as realidades vivenciadas pelos Guaranis nos outros Estados sul-americanos., abrindo assim a possibilidade de construção de uma rede de informações tomando por base o escopo do mercosul enquanto unidade social mais ampla.

A proposta desta pesquisa, por seu amplo escopo e pela complexidade com que esta sendo proposta, é inédita tanto em nível de estado do Rio Grande do Sul como em nível de Brasil.

Justificativa

Atualmente historiadores e antropólogos, tem plena noção de que é impossível apreender-se a realidade de forma totalmente objetiva. Culturas distintas são portadoras de historicidades peculiares, portanto com diferentes formas de construção e representação do real. Todo o conhecimento por nós elaborado sobre as culturas indígenas tem sido produzido pela cultura ocidental, a qual mantém com estas culturas uma relação assimétrica de poder. Assim, neste processo de contato interétnico, temos a versão de apenas um lado da história, a perspectiva histórica que foi escrita e registrada por membros da cultura ocidental, em especial agentes e agências de contato tanto religiosos quanto oficial. Nossa proposta é, através de pesquisa utilizando técnicas de história oral, produção de imagens (fotografia e vídeos) e análise de acervos documentais e bibliográficos, propiciar voz e vez aos outros personagens desta história, as alteridades indígenas (no caso específico os Guaraní), que por não possuírem uma escrita sempre tiveram sua versão da história desconhecida ou desconsiderada pelo mundo ocidental, e entende-los dentro da complexa situação de interação social. Nestes termos o projeto propõe uma pesquisa de carácter inédito, de recolhimento, construção e análise da visão de comunidades e sociedades que utilizam-se predominantemente da memória para tecer sua história e dar continuidade as suas cosmovisões, as quais devem ser entendidas como produtoras de sentido, possuindo assim o mesmo status de verdade atribuído as produções de sentido que emanam da sociedade ocidental hegemônica.

Com isto a pesquisa terá a importante função de ser uma potencial norteadora de políticas públicas com estes grupos sociologicamente minoritários presentes no interior da sociedade riograndense.

É também inédita a proposta de uma pesquisa que através de uma parte da sua metodologia, história oral e produção de imagens propicie que o próprio grupo indígena pesquisado aproprie-se dela.

A pesquisa, com seus produtos deverá propiciar um real espaço de diálogo inter-cultural e ainda auxiliar na transformação de representações de índio presentes tanto na academia como no senso comum. Unindo-se à isto as três faces dialogais, já citadas, que a pesquisa possui, em âmbito estadual, nacional e possivelmente internacional, consideramos a proposta da mesma não apenas de máxima importância mas também de carácter urgente.

Estado da arte

O povo Guaraní, bem como a cultura Guaraní, existem como tal, segundo pesquisas arqueológicas no mínimo à 3.000 anos antes da chegada do europeu na denominada então América (NOELLI, F., 1992). Isto significa que estão presentes, reproduzindo sua cultura muito antes da América ser conformada geográfica e politicamente como Estado Nação.

Os diversos projetos políticos que sobre a América se abateram a partir da chegada do europeu, tanto os projetos coloniais, bem como os diversos estados nação que artificialmente fracionaram este território, tiveram e tem até hoje um histórico de imposição de diferentes políticas adaptadas a seus projetos respectivamente coloniais e nacionais, que geralmente não levaram em consideração as população indígenas como sujeitos históricos (no caso do Estado nacional brasileiro nunca), posto que as mesmas não foram consideradas aptas para participar da construção de alternativas para sua inclusão em um mundo construído sob pautas culturais totalmente distintas das suas.

Esta ação não recai exclusivamente sobre o povo Guaraní, mas constitui-se em uma prática que incidiu e incide sobre toda a população nativa do continente que sobreviveu aos diferentes tipos de genocídio. No entanto a população Guaraní, como veremos a seguir, é uma população sobre a qual recaem com bastante violência as práticas coloniais, inicialmente dos próprios Impérios coloniais e posteriormente com as independências que acabam por enquadrar este povo dentro de diferentes estados ao estabelecerem suas fronteiras geo-políticas. Os Guaraní, componentes do tronco lingüístico Tupi e da família lingüística Tupí-guaraní, falantes da língua guaraní, tem seu centro dispersivo, até onde a arqueologia pode apurar, na Amazônia; a partir do qual haveria migrado e ocupado determinados espaços no chamado posteriormente continente americano.

Atualmente os mesmos encontram-se organizados em três ramos, como dizem Schaden (1974 p.2) e Meliá (1986 p.22) a Kaiwoá, a Mbyá e a Nhandevá ou Chiripá, que apesar de apresentarem algumas diferenciações entre si, as mesmas não são o suficiente para impedir-lhes a comunicação também entre si.

Com a chegada do europeu e o início do período da conquista, inicialmente os Guaraní contactados ficaram conformados dentro das fronteiras do chamado Império colonial espanhol, pois Tordesilhas será o tratado operante até o tratado de Madrid, o qual vai iniciar uma conturbada fase de demarcação de fronteiras entre os dois impérios.

Os Guaraní no período colonial estiveram submetidos e sofreram as conseqüências de diferentes instituições: a encomienda, a escravidão e as reduções religiosas. O povo Guaraní localizava-se no período colonial em uma zona de fronteira entre o Império português e o Império espanhol; a instituição da encomienda é uma das instituições que a Espanha constrói para aproveitar a mão de obra indígena e viabilizar seu projeto colonial. Pese a mesma não confundir-se com a escravidão, provocou os mesmos efeitos nas populações indígenas, e muitas vezes pior, pois em uma das formas de encomienda os indígenas são atribuídos aos colonos para serem utilizados como mão-de-obra pelo próprio Rei, e em troca os encomendeiros tem a obrigação de darem condições de civilização a estes indígenas, isto é providenciar-lhes lugar adequado, segundo as pautas da época, para viverem, alimentação e catequese. Porém como estes indígenas não possuíam valor de mercado pois sua venda era proibida, muitas vezes o encomendeiro sem preocupar-se com seus deveres, explorava a mão-de-obra até a morte e solicitava mais encomendados a coroa.

Por ser justamente uma população habitante da fronteira como dissemos, os Guaraní também tiveram que suportar a instituição portuguesa do escravismo, que ocorria a partir das entradas dos bandeirantes, os quais aprendiam população nativa para vender nos centros coloniais da América portuguesa, não respeitando a convenção das linhas demarcatórias de fronteira da época.

A terceira instituição colonial citada por nós, a incidir sobre os Guaraní, foram as missões jesuíticas. Os trinta povos Guaraní, dos quais sete ruínas localizam-se hoje no atual território do Rio Grande do Sul, foram fundamentais na estratégia do Império espanhol; para subverter a instituição da encomienda particular, os jesuítas na época, conseguem que os Guaraní, sejam encomendados diretamente ao Rei de Espanha, e em troca prestaram serviços à este, como a defesa das fronteiras do Império com um exército organizado pelos jesuítas, o famoso exército Guaraní, muito presente na bibliografia que trata do tema Missões ou mesmo de história do Rio Grande do Sul. Se a instituição das reduções jesuíticas conseguiu preservar um pouco mais os Guaraní do genocídio causado pelas encomiendas particulares, tinha como proposta a "civilização" do indígena. Declarado ser humano desde 1503 pela Rainha Isabel, e súditos da coroa espanhola, o indígena era visto porém como uma criança que deveria ser conduzido ao esclarecimento e a civilização. As tese

de que o índio representa a infância da humanidade remontam a esta época, dentro da discussão que faz surgir também a idéia do bom selvagem. Assim os jesuítas são encarregados de "civilizar estes índios", e isto daria-se segundo pensamento da época, através da catequização dos mesmos. A catequização e a "civilização" eram entendidas praticamente como sinônimos, e como conseqüência exigiam a transformação total das pautas culturais originais dos povos indígenas (Meliá 1986 p.48)

Corroborando nossa afirmação de que vários projetos incidiram desde a época colonial sobre os Guaraní, porém nenhum levou em consideração a participação dos mesmos, na construção de alternativas. A imposição de modelos através dos quais estas populações devem relacionar-se com a sociedade ocidental foi e ainda é uma constante.

Durante o século XIX, os Guaraní sofreram novamente as conseqüências das transformações ocorridas no mundo ocidental, pois com as independências americanas ocorrerá que esta população ficará dividida entre quatro estados nacionais: Brasil, Argentina, Paraguai e Bolívia. Estes novos estados construíram para si projetos específicos de consolidação, o povo Guaraní vai ser submetido assim, como esta até hoje, a estes diferentes projetos dentro dos quais, com exceção do Paraguai em alguns períodos de sua história, nunca buscou-se o dialogo ou levou-se em consideração o que estas pessoas teriam a dizer, a dimensão impositiva e assimétrica foi e tem sido uma prática constante.

Em relação especificamente ao Brasil, o império vai herdar uma pratica iniciada na colônia de homogeneização e total ignorância da existência das diferenças étnicas entre os povos nativos, ficando os mesmos normalmente submetidos a duas classificações: os índios amigos, associados normalmente aos Tupi e Guaraní, e os hostis denominados como botocudos ou bugres, classificação adotada pelo Império português e posteriormente utilizada pelo Império brasileiro.

Pode-se dizer que o período Imperial, durante o séc XIX, quando as fronteiras no sul do país já englobavam a região missioneira, teve como preocupação conceptual a construção de uma nação moderna, independente, dentro dos ideais da Revolução francesa de que "à uma nação deve corresponder um único povo".

E como preocupação prática a conquista e consolidação do espaço nacional homogêneo, no sentido de não deixar-se fracionar o mesmo (CALEFFI, 2000).

Segundo Carneiro da Cunha, "A questão indígena no séc XIX, no Brasil, deixou de ser uma questão de mão de obra como havia sido na colônia, para converter-se essencialmente em uma questão de terras" (CARNEIRO DA CUNHA, 1992 p.4). Veremos isto espelhado na política de desterritorialização e reterritorialização dos grupos indígenas iniciada no período imperial.

Inicialmente a legislação imperial dedica ao índio um esquecimento total. Na primeira parte do período imperial, que segundo Murilo de Carvalho dura até 1837, quando sobe ao poder o Parlamento de maioria conservadora, notamos um silêncio por parte das autoridades em relação aos índios, inclusive a constituição outorgada por D. Pedro I, não faz menção alguma². Os casos envolvendo as sociedades nativas eram resolvidos um a um a partir de uma visão bastante pontual das situações. Vamos encontrar ainda o Ato adicional descentralizador de 1834, portanto anterior a maior acumulação de poder centralizado do Império, a menção de que as Assembléias legislativas provinciais, poderiam legislar cumulativamente sobre as questões indígenas (Carneiro da Cunha *opcit* 1992 p13), que muitas vezes ocasionará que as assembléias provinciais tomassem medidas qualificadas como anti-indígenas principalmente em litígios que envolvesse a questão agrária.

O Regulamento de Missões, promulgado em 1845, é o único documento indigenista do Império. "(...) Prolonga o sistema de aldeamentos e explicitamente o entende como uma transição para a assimilação completa dos índios" (*ibdem* p11).

Neste sentido insistimos que os projetos nacionais nunca levaram em consideração uma possível convivência e respeito com a diversidade cultural, o regulamento de Missões é um exemplo disto.

As questões de terras incidiam diretamente sobre os indígenas, denotando que o Regulamento de Missões, nada mais foi que o antecessor lógico das medidas tomadas posteriormente pelo Império como a lei de Terras de 1850, pois na lei de terras vamos encontrar um artigo, entre outros específico tratando sobre as terras indígenas que diz o seguinte: Art. 1, # 1^o Indagar os recursos, que oferecem para a lavoura, e comércio, os lugares, em que estão colocadas as aldeias; e informar ao Governo Imperial sobre a conveniência de sua conservação, ou remoção ou reunião de duas ou mais em uma só" (CARNEIRO da CUNHA, 1992 p.18)

Este item abre a possibilidade de transferir-se as aldeias para onde fosse mais conveniente para o colonizador,

abrindo-se assim as chamadas frentes pastoris ou agrícolas, e ainda possibilitava que se confinasse em um mesmo espaço de terras muitas vezes bastante distante dos tradicionalmente escolhidos por estas comunidades, povos e comunidades nativas, com diversidades bastante assentadas, que jamais coexistiriam por livre e espontânea vontade.

Esta lei no Rio Grande do Sul foi uma prática bastante operante, responsável por "abrir espaços para emigração", valorizando sempre o conhecido na época como branco, frente aos povos nativos americanos.

A condição de marginalização na qual encontram-se atualmente as sociedades indígenas e principalmente no estado, onde apesar das cifras demográficas indicarem aproximadamente 20.000 indígenas, consta de uma parte da bibliografia (CALEFFI, 1997) e do senso comum a inexistência de índios, é uma situação historicamente construída.

Pacheco de Oliveira afirma que as políticas de desterritorialização e re-territorialização que incidiram sobre os povos indígenas obrigou a estes uma adaptação, na maior parte das vezes violenta, de suas culturas e de suas formas de serem, para que continuassem existindo como tal (OLIVEIRA, 1998 p.274-76).

As sociedades indígenas brasileiras e especificamente aqui a Guarani, comprovam as várias teorias, entre elas podemos citar Barth (1976) de que as culturas não deixam de existir como diferentes ou se desintegram simplesmente por entrarem em contato uma com as outras, mesmo que isto envolva como é o caso um processo de marginalização por parte de uma delas em relação a outra, porém a dinamicidade implícita as culturas permite que elas, mesmo sobre condições brutais reorganizem-se e continuem construindo-se como historicamente diferentes.

Em fins do século XIX e limiar do século XX notamos uma transformação na abordagem da problemática indígena. A situação das sociedades e povos indígenas brasileiros era dramática em várias regiões do país onde o fluxo migratório, as inovações técnicas e a implantação de grandes projetos de desenvolvimento evidenciavam o surgimento da modernidade que estava sendo instituída no país. Os inúmeros e drásticos processos econômicos e sociais característicos da expansão mercantil, sobretudo na última década do séc. XIX e nos primeiros anos do séc. XX, e o impacto sobre os povos indígenas em consequência da violência com que esses processos se realizaram, foram suficientemente descritos e analisados por Darcy Ribeiro em um dos

clássicos da literatura etnológica brasileira.³ Esses aspectos assinalavam a emergência da experiência moderna no sul do Brasil, demarcando a centralidade desse processo e a necessidade crescente de uma política governamental no tratamento conferido às sociedades e povos indígenas.

Em contrapartida, é importante evidenciar que, já no limiar do século XX, aconteceram destinações governamentais de terras reservadas aos povos indígenas na região sul. Assim, foi criada, em 1902, a Área Indígena (AI) de Palmas e, em 1903, a AI de Xaçupé. Essas áreas foram reservadas pelo governo do Paraná. Por outro lado, em 1910, por iniciativa do Estado-nação, atendendo às pressões e clamores da sociedade civil organizada da época, foi criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI/LTN).⁴ Essa agência, encarregada da "proteção oficial", representava uma tentativa de resposta apresentada pelo poder federal no sentido de por fim aos graves conflitos que estavam ocorrendo entre as diferentes agências e agentes de contato da sociedade brasileira e os povos indígenas. No debate referente a problemática indígena três tendências políticas representando interesses de classe subjacentes, envolvendo o destino das sociedades e povos indígenas do Brasil, sobressaem no período republicano: a tendência leiga, a tendência clerical e a tendência científica. Necessário evidenciar que a questão crucial, relativa ao método a ser adotado, tanto para a visão religiosa como para a visão secular dizia respeito a incorporação social do índio e dos povos indígenas na sociedade nacional de limiar do século XX (PEREIRA, 1995, p. 115)

No sul do país o processo de confinamento dos indígenas levado a efeito pelo SPI propiciou a liberação de territórios às várias agências expansionistas da sociedade nacional. Paralelamente desenvolveu-se, através das companhias de colonização nacional e estrangeiras, a ocupação da região limítrofe ao rio Uruguai por contingentes migratórios da Europa.

Nas regiões norte e centro-oeste, o órgão indigenista oficial teve uma atuação destacada junto às sociedades e povos indígenas do país. Todavia, forçoso reconhecer, o que acontecia após o processo de constatação e confinamento dos índios parecia não mais interessar ao governo brasileiro. O objetivo geopolítico de carácter estratégico tinha sido alcançado: os povos indígenas confinados, em áreas reservadas sob a jurisdição do SPI, não mais representavam "obstáculos", no caminho dos projetos desenvolvimentistas trazidos por uma política de imigração e ocupação dos

espaços interioranos do país, que estavam sendo implementados pelo Estado brasileiro nos territórios tradicionalmente ocupados pelos indígenas.

Este tipo de territorialização empreendida pelo Estado Nacional a estes povos jamais levou em consideração as necessidades e especificidades socioculturais dos mesmos, haja visto que esta política de confinamento em pequenos espaços, os quais na maior parte das vezes não correspondiam aos territórios tradicionalmente ocupados, ainda forçava a convivência dentro das áreas reservadas de povos e culturas que originalmente não coexistiriam em espaços contíguos. Nesse sentido, essas populações foram obrigadas a resignificar seus modos de vida e a adaptar-se a este modelo imposto pela agência oficial de proteção.

Em que pese a expectativa do Estado Nacional de que os povos indígenas desapareceriam gradativamente, incorporados e assimilados no chamado "povo brasileiro", que utopicamente deveria ser formado pelas três raças, este processo teve desencadeamento inesperado visto pela óptica governamental: não apenas os processos identificatórios dos povos indígenas permaneceram como esses grupos étnicos tiveram crescimento demográfico acentuado, notado a partir da década de setenta. Este processo desfez assim a visão de determinados setores da cultura ocidental de que essas culturas fossem estáticas e incapazes de impor-se frente a tentativa de contato coercitivo das agências e agentes de contato da sociedade envolvente. Como exemplo deste processo temos a emergência das assembleias e organizações indígenas espalhadas pelo território americano.

Frente a este processo o SPI tornou-se um agência obsoleta, incapaz de dar conta de uma nova realidade que se delineava envolvendo Estado-nação e os povos indígenas. Com a não operacionalidade do SPI foi criada uma nova agência em substituição ao mesmo. No final dos anos sessenta surge a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).⁵

A partir do processo de redemocratização brasileira identificamos na FUNAI a saída estratégica dos militares da direção desse órgão, porém esses agentes permanecem influenciando as posições e tomadas de decisão interna, quando então sobressai no período um discurso nacionalista que aponta os povos indígenas, principalmente os grupos que ocupam territórios de fronteiras, como inimigos da nação, capazes de ameaçar a soberania da mesma.

Atualmente a FUNAI configura-se como uma agência de proteção que vem perdendo parte considerável de

seu poder de atuação e influência junto aos povos indígenas brasileiros, em decorrência do ordenamento jurídico-constitucional que emergiu em 1988 e que, entre outras alterações importantes, acaba com a figura jurídica da tutela individual, do aparecimento de novas organizações não-governamentais ligadas a causa indígena, de lideranças e organizações indígenas atuantes politicamente e, mais importante ainda, o amadurecimento na utilização de códigos da sociedade dominante que tem levado a um processo emancipatório embora não se constituindo ainda em um movimento homogêneo entre vários povos e regiões do país.

Ao longo desse processo histórico sumariamente descrito acima um elemento básico aparece de forma constante: a desconsideração por parte dos agentes e agências de contato dos povos indígenas como sujeitos capazes de decidir ou construir alternativas históricas diferenciadas para si em contraposição aos projetos da nação.

Nesse sentido, nosso projeto de pesquisa e intervenção insere-se em uma nova perspectiva, qual seja, de propiciar voz aos atores sociais indígenas que tradicionalmente foram alijados dos processos de decisão que versavam sobre seus próprios destinos.

Metodologia

O tratamento teórico metodológico a ser dispensado à nossa pesquisa, é o de uma abordagem interdisciplinar história-antropologia, e muitas vezes transdisciplinar, pois devido a complexidade do tema por nós tratado, é provável que tenhamos que unir esforços na produção de conceitos unificadores buscando aproximarmos-nos o máximo possível da realidade por nós estudada.

A cultura Guarani é originalmente uma cultura oral, neste sentido consideramos que a centralização na metodologia de história oral, em nossa pesquisa, seria a forma mais adequada de trabalho, pois possibilita-nos recolhermos informações diretamente das pessoas com as quais estamos trabalhando, as comunidades Guarani, do Rio Grande do Sul, e não basearmos-nos exclusivamente em documentos produzidos sobre estes, sendo que estes documentos sempre foram produzidos por terceiros. No entanto esta documentação, produzida sobre estes grupos também será pesquisada, como veremos mais adiante, posto que a realidade de contato com a sociedade nacional é um fato, e buscamos compreender estes grupos dentro da situação histórica que os envolveu e os envolve atualmente. Porém como esta situação histórica

privilegiou apenas um lado da história, justamente a relatada pela sociedade envolvente e produtora de documentação escrita, buscamos, em nosso trabalho dar voz a estes grupos que sempre foram narrados e interpretados por terceiros, por membros de outras culturas sem que houvesse uma preocupação em ouvir-se como todo o processo de colonização e formação do Estado Nação até os nossos dias foi entendido por eles.

A história oral, já bastante desenvolvida e discutida nacionalmente, bem como internacionalmente, tem sua produção, em grande parte voltada para a história oral dentro de culturas letradas. Mas, ao trabalhar-se com culturas ágrafas e diferentes da ocidental, a questão da história oral assume especificidades que merecem ser discutidas e pensadas. Um dos aspectos que nos parece muito importantes é a necessidade de quebra de fronteiras acadêmicas e de colaboração entre distintas disciplinas como história e antropologia, para o desenvolvimento destes estudos. Outro aspecto, este sim fundamental é a possibilidade de recolher-se a visão do índio sobre a realidade por ele vivenciada, pois como dissemos, a documentação existente sobre as sociedades indígenas é toda ela produzida por uma cultura externa, que historicamente dominou as mesmas comunidades. Assim a história oral nos abre a possibilidade de conhecimento de uma forma distinta de compreender o processo histórico, dentro do qual estas culturas sempre ocuparam um local de marginalidade. A urgência do projeto esta baseada justamente no aspecto da oralidade destas sociedades, que utilizam-se de sua memória e de recursos de transmissão oral, como a tradição oral, para expressarem sua visão de mundo. Como a história é dinâmica, e a memória um processo, as reminiscências de contextos históricos, estão sempre em movimento. Consideramos que tanto a urgência em desenvolver estes trabalhos, bem como uma posterior preocupação com uma possível continuidade dos mesmos, apontará um enriquecimento na nossa compreensão de como estas culturas vem vivenciando sua historicidade e construindo sua cosmovisão.

Os pesquisadores realizarão deslocamentos e trabalho de campo em todos os aldeamentos bem como acampamentos, de Guarani no estado do Rio Grande do Sul.

O material da pesquisa será produzido através de entrevistas direcionadas com representantes Guarani, a partir de um recorte geracional indicado pelo próprio grupo, pois entendemos, através de conhecimento

prévio destas comunidades, haverem diferenças de opiniões as quais estão bastante vinculadas com a questão do grupo geracional que o indivíduo ocupa. Buscaremos registrar narrativas míticas, histórias de vida e depoimentos que toquem em pontos que os próprios membros da comunidade considerem importantes de serem ditos, e mais direcionados também a questões fundamentais como ; saúde, meio ambiente, território, os 500 anos de contato e as expectativas do grupo para seu futuro. Este material deverá ser enriquecido através da observação participante e de relatos etnográficos.

O material preparado pelas entrevistas deverá seguir o rigor da discussão metodológica pertinente. Os pesquisadores tem consciência das dificuldades representadas pelo envolvimento de distintas subjetividades na construção do material oral, exigindo cuidados metodológicos específicos.

A pesquisa requer um estudo sobre as políticas que envolveram os indígenas e mais especificamente os Guaraní, a partir da formação do Estado Nação brasileiro, bem como os diversos relatos das diferentes agências e agentes de contato da sociedade nacional, como forma de apresentação e contextualização dos processos históricos e de como estas sociedades foram pensadas dentro destes contextos.

Estes conteúdos encontram-se em trabalhos já publicados, em teses e dissertações defendidas nas universidades, principalmente de Porto Alegre, bem como em acervos documentais não publicados, arquivados em distintas instituições, estaduais e nacionais.

Para isto desenvolveremos pesquisas nos seguintes arquivos e bibliotecas: biblioteca do Instituto Anchieta de Pesquisa, Unisinos, biblioteca da PUC/RS e biblioteca do PPGA da UFRGS, Arquivo Histórico do Estado, Arquivo Público do Estado, Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, Museu do Índio no Rio de Janeiro, biblioteca e acervo documental do Programa Especial de Terras Indígenas no Museu Nacional do Rio de Janeiro, Coordenação de Pesquisa e documentação da FUNAI em Brasília assim como na biblioteca da UnB.

O projeto visa também a produção de imagens através de vídeos e fotografia dos grupos pesquisados, buscando uma metodologia inovadora e alternativa, pelo menos no escopo destes grupos, que é deixar que a produção destas imagens, em determinados momentos seja feita pelos próprios componentes do grupo pesquisado, documentando, assim, literalmente como os membros desta cultura, vêem o mundo.

Toda a ação que envolve a pesquisa, será responsável

pela geração de uma quantidade bastante considerável de material que deverá ser analisado, pelos próprios executores da pesquisa, com a finalidade de produzir-se um novo conhecimento sobre os Guaraní, através da produção de sínteses a serem publicadas em forma de artigos, como na materialização de um livro. Todo o material será disponibilizado para servir de base na elaboração de políticas públicas, orientando a ação do Estado em relação à estas comunidades; além disto este material estará disponível para outros pesquisadores interessados no assunto, bem como para estudantes que queiram desenvolver teses e dissertações a partir dele.

O que consideramos de fundamental importância, ainda é que este material, oral, visual e documental estará disponibilizado para que os próprios indígenas deles, possam apropriarem-se no sentido de buscar-se práticas que visem a emancipação destes grupos. Por fim, salientamos que as comunidades Guaraní as quais construirão a pesquisa juntamente com a equipe já foram contactadas e concordaram em participar da mesma.

Notas

- 1 - Para um maior aporte teórico sobre história do presente ver: CHAUVEAU, A & TÉTARD, PH. (org).
- 2 - Conforme MURILO de CARVALHO, 1996 p.236.
- 3 - ver a respeito, "fronteiras das Civilização (parte I) em Os Índios e a Civilização.
- 4 - Para uma visão aprofundada, a partir da descrição e análise das principais posições e interesses em jogo na conjuntura sócio-histórica que antecedeu a criação pelo governo federal do SPI ver os trabalhos de SANTOS (1973); e SOUZA LIMA (1987).
- 5 - Inicialmente administrada por militares e vinculada ao Ministério do Interior com a idéia básica de integração indígena na propalada "comunhão nacional". Exemplo cabal desta visão é a construção da Transamazônica cortando e ligando os territórios indígenas ao restante do país e por outro lado, a materialização do Estatuto do Índio com uma visão de proteção mas invocando uma concepção originada na época imperial a partir da responsabilização dos juizes de órfãos pelos índios que é a figura jurídica da tutela, entendendo em última instância que os índios não possuem plena capacidade de responder sobre seus atos. Reeditando assim um tratamento histórico que não reconhece os indígenas como sujeitos de sua história.

Referências Bibliográficas

BARTH, Fredrik. "Introduction": in *Ethnic groups and boundaries*. F. Barth (org.) London: George Allen &

- Unwin, 1969. (Versão em Espanhol: Los grupos étnico y sus fronteras - la organización social de las diferencias culturales. Fondo de Cultura, México, 1976.)
- BENJAMIN, Walter. KOETHE, Flávio R. (Org.) COLEÇÃO GRANDES CIENTISTAS SOCIAIS N. 50, São Paulo, 2ª edição, Ática, 1991.
- BOM MEIHY, José Carlos Sebe. Canto de Morte Kaiowá. História Oral de Vida. São Paulo: Loyola, 1996
- BOSI, Ecléa. Memória e sociedade - Lembranças de velhos. São Paulo: USP, 1987
- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989
- A Economia das Trocas Linguísticas. São Paulo: EDUSP, 1996.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Sobre o Pensamento Antropológico. Brasília CNPq/ MCT/Tempo Brasileiro, 1988
- O Índio e o Mundo dos Brancos. Brasília, Edit. UnB, 1981.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. A Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade. Brasiliense, São Paulo, 1986.
- (org) Índios do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, FAPESP, 1992.
- (org) O Direito do Índio, Ensaios e Documentos. São Paulo: Brasiliense; Comissão Pró - Índio de São Paulo, 1987
- (org) Legislação Indigenista no Século XIX. Uma Compilação: 1808 - 1889. São Paulo: EDUSP, 1992.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. Araweté: Os deuses canibais. Jorge Zahar editor/ANPOCS, Rio de Janeiro, 1986
- CRAPANZANO, Vincent. "Diálogo" ANUARIO Antropológico 88. Tempo Brasileiro/UNB, Brasília, 1991.
- DA MATTA, Roberto. "The Peripher is not Empty" In XV Congresso Mundial de Ciência Política, Buenos Aires, Julho de 1991.
- DARNTON, Robert. O lado oculto da Revolução. Companhia das Letras, São Paulo, 1988.
- DAVIES, Natalie Zenon. As Culturas do Povo. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987.
- ELIADE, Mircea. Aspectos do Mito. Lisboa: Edições 70, 1963
- Tratado de História das Religiões. Madrid: Crisandade, 1964
- O Mito do Eterno Retorno. Arquétipos e Repetições. Lisboa: Edições 70, 1971
- Lo Sagrado e lo Profano. Madrid: Guadarrama, 1973.
- Mito sonhos e Mistérios. Lisboa: Edições 70, 1989
- FONTANA, Joseph. História: Análise do Passado e Projeto Social. Bauru: EDUSC
- FOUCAULT, Michel. A Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979
- FREY, Rodney (edit) Stories that make the word. Oklahoma, USA: University of Oklaroma, 1995
- GALVÃO, Eduardo. "Áreas Culturais indígenas do Brasil: 1900-1959" in Encontro de Sociedades - Índios e Brancos no Brasil. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.
- GAGLIARDI, José Mauro. O Indígena e a República. Hucitec, SP, 1989.
- GEERTZ, Clifford. Interpretação das Culturas. Zahar, Rio de Janeiro, 1978.
- GIDDENS, Anthony. As conseqüências da modernidade. 2ª edição, editora da UNESP, São Paulo, 1991.
- GLUCKMAN, Max. Analysis of a social situation in modern zululand. The Rhodes-Livigstone Papers, 28 . Manchester: Manchester University Press. Tradução portuguesa in Antropologia das Sociedades Contemporâneas. Bela Feldmann-Bianco (Org.), São Paulo, Global, 1987.
- HAWBACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice, 1990
- HARRIS, Marvin. El Dessarrollo de la Teoria Antropologica - Historia de las Teorias de la Cultura. Siglo Veintiuno, 6ª edição, México, 1985.
- HENRY, Jules. Jungle People: a Kaingang tribe of the Highlands of Brazil. New York: Vintage Books, 1941.
- HOBBSAWM, Eric J. Nações e nacionalismo desde 1780 - Programa, mito e realidade. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1991.
- HUNT, Lynh. A Nova História Cultural. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- IHERING, H. Von. "A Ethologia do Brasil Meridional", RIHGS, XI, São Paulo, 1907.
- "A questão dos índios do Brasil", Revista do Museu Paulista, Vol. III, São Paulo, 1911.
- KUHN, Thomas. A Estrutura das Revoluções Científicas. São Paulo, Perspectiva, 1978.
- LE GOFF, Jaques & NORA, Pierre. (Org.) História - novos objetos. 2ª edição, Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1976.
- História e Memória. Campinas: UNICAMP, 1992
- LEITE, Jurandir Carvalho Ferrari. "Uma proposta para o monitoramento e análise das terras indígenas" in ATLAS DAS TERRAS INDÍGENAS DO NORDESTE. PETI, Museu Nacional, Rio de Janeiro, Dezembro de 1993.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Tristes Trópicos. Lisboa, Edições 70; s.d.
- MALINOWSKI, Bronislau. COLEÇÃO GRANDES CIENTISTAS SOCIAIS N. 55. São Paulo, Ática, 1986.
- MARTINS, José de Souza. Fronteiras. A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: HUCITEC, 1997
- MELIÁ, Bartomeu. El Guaraní Conquistado e Reduzido. Ensayos de Etnohistoria. Assunción: CEADUC, 1976.

-----Lar Reducciones Jesuíticas del Paraguay: Um espacio para uma utopia colonial. Estudios Paraguayos. Revista de la Universidad Católica V. VI, 01: Asunción, 1978

MORAES, FERREIRA, Marieta (org). História Oral e Multidisciplinariedade. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994

MOREIRA NETO, Carlos Araújo. A Política Indigenista Brasileira Durante o Século XIX. Rio Claro, São Paulo, Tese de Doutorado, 1971.

MURILO de CARVALHO, José. A Construção da Ordem - Teatro de Sombras. Rio de Janeiro, UFRJ, 1996.

NIMUENDAJÚ, Curt. Etnografia e indigenismo - sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os índios do Pará. Campinas, Editora da INICAMP, 1993.

NOVAIS, Adauto (org). A Outra Margem do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

NOVAIS, Sílvia Caiuby. Jogo de Espelhos. São Paulo: EDUSP, 1993.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. "O nosso governo" - Os Ticuna e o regime tutelar. MCT/CNPq/ Marco Zero, São Paulo, 1988.

----- . Indigenismo e Territorialização. Poderes e Saberes Coloniais no Brasil Contemporâneo. Contra Capa, Rio de Janeiro, 1998.

----- Ensaio de Antropologia Histórica. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999

----- A Viagem da Volta. Etnicidade, Política e Reelaboração Cultural no Nordeste Indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999

PARAISO, Maria Hilda Baquero. "Repensando a política indigenista para os Botocudos no século XIX" in Revista de Antropologia. Volume 35, FFLCH/USP, 1992

PORTELLI, Alessandro. "Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre ética na história oral". In: ética e História Oral. Projeto História 15. São Paulo: PUC, 1997

RIBEIRO, Darcy. O Dilema da América Latina. Petrópolis: Vozes, 1979

----- As Américas e a Civilização. Petrópolis: Vozes, 1983

RONDON, Candido Mariano da Silva. Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão Geral de Engenharia (G.5) do Departamento de Guerra. Comissão das Linhas Telegráficas Estratégicas de

Mato Grosso ao Amazonas. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Proteção aos Índios, Publicação n. 1, vol. SANTOS, Sílvio Coelho dos. Índios e Brancos no Sul do Brasil - A Dramática Experiência dos Índios Xokleng. - Florianópolis, Edeme, 1973.

SCHADEN, Francisco S.G. Xokleng e Kaingang "Notas para um estudo comparativo" in SCHADEN, Egon. Cultura e Sociedade no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1972. SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. " Entre amigas: relações de boa vizinhança" Dossiê Nova História, in Revista da USP, N. 24, São Paulo, 1994.

SHALINS, Marshall. "Cosmologias do capitalismo: o setor transpacífico do Sistema Mundial", in 16 @ Reunião da ABA, Campinas, 1988.

----- . Ilhas de História . Rio de Janeiro, Zahar, 1990.

SILVA, Sérgio Baptista da. "Arqueologia demográfica dos assentamentos Itararé da praia da Tapera -SC". Cadernos do MARS - Museu Antropológico do Rio Grande do Sul, N. 2, Porto Alegre, 1990.

SOUZA LIMA Antonio C. de. "Sobre indigenismo, autoritarismo e nacionalidade: considerações sobre a constituição do discurso e da prática da Proteção Fraternal no Brasil" in OLIVEIRA FILHO (Org.) Sociedades Indígenas e Indigenismo no Brasil. Editora UFRJ/ Marco Zero, Rio de Janeiro, 1987.

SOUZA PITANGA, A. Ferreira. "O Selvagem perante o Direito", RIHGB, tomo LXIII, Parte I, Rio de Janeiro, 1901.

STAVENHAGEN, Rodolfo. "Etnodesenvolvimento: Uma dimensão Ignorada no Pensamento Desenvolvimentista". In Anuário Antropológico/84, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1985.

RIBEIRO, Darcy. Os Índios e a Civilização - A Integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno. RJ, Vozes, 5ª edição, 1986.

THOMPSON, E. P. "Folklore, antropologia y história social" in Entrepasados, Ano II, n.2, Buenos Aires, 1992.

THOMPSON, Paul. A voz do Passado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

VANSINA, Jan. La tradición oral. Barcelona: Labor, 1966

WOLF, Eric R. Europe and the people without history. Berkeley, Los Angeles, 1982